



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS DESAFIOS DE
ENSINAR E APRENDER NA ESCOLA PÚBLICA.

ESCOLA COMO TERRITÓRIO DE LUTA: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Eixo: Educação, Diversidade e Inclusão

Subprojeto: Pedagogia

Filiação institucional: Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs)

Héveni Soares do Nascimento - Bolsista ID do Núcleo de Pedagogia do PIBID/UEFS;
(hevenisoares2@gmail.com); **Manoel Francisco de Oliveira Neto - Bolsista ID do Núcleo de Pedagogia do PIBID/UEFS;**
(manoelneto004@gmail.com); **Maria Eduarda Castro Falcão - Bolsista ID do Núcleo de Pedagogia do PIBID/UEFS;**
(mariaeduardacastrof.s@gmail.com);
Pollyana Alves Borges Araújo - Bolsista ID do Núcleo de Pedagogia do PIBID/UEFS
(pollyaba.educa@gmail.com).

Palavras-chave: Educação; Identidade; Étnico-raciais; Campo; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A temática da educação, a diversidade e a inclusão são desafios da escola contemporânea, especialmente, no Brasil, marcado pela pluralidade étnico-racial, cultural e social. Ao buscar pautas inclusivas na perspectiva de relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, educação do campo, indígena e quilombola percebe-se a relevância para uma educação comprometida com o direito à formação humana.

Desse modo, este relato justifica-se pela relevância das experiências formativas e pelo compromisso com uma educação democrática, em consonância com as leis nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas no Currículo.

Com isso, o objetivo é analisar como as questões/relações étnico-raciais e de identidade cultural se manifestam em estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais e, quais reflexões sobre as implicações pedagógicas, de modo que, reforce a necessidade de práticas educativas inclusivas, identitárias e culturais. Desse modo, referenciais que discutem a Educação como prática de liberdade e reconhecimento encontram-se presentes nestes escritos como, por exemplo, Hooks (2017), Munanga (2005) e Frigotto (2025).

2 METODOLOGIA

Nesse sentido, a Escola Municipal Anacleto Alves de Souza, localizada na Bahia, entre os distritos de Humildes e Feira de Santana, especificamente, na Estrada da Ferroubilha, é uma instituição de “pequeno” porte, que atende a comunidade local em um contexto de certa negligência histórica por parte de órgãos públicos. Porém, apesar disso, a escola preserva um espaço de convivência, lazer e vivências. Logo, ao adentrar no espaço como Bolsistas de Iniciação à Docência, fica perceptível um acolhimento sincero e respeitoso, desde as crianças até às professoras(es), supervisão, coordenação pedagógica e, principalmente, por funcionárias(os) responsáveis pela alimentação, pela higienização e segurança do ambiente.

Com isso, o vínculo entre universidade e escola básica não se constrói apenas por meio de atividades planejadas, mas, sobretudo, pela escuta atenta dos sujeitos, especificamente, das mulheres, que dão vida à instituição escolar. Desse modo, no ano de 2025, entre os meses Março-Agosto, em sala de aula com uma turma multisseriada do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, crianças do 4º ano e 5º ano, estudantes pretos, que, entretanto, não se reconhecem como tal e, reproduzem práticas excludentes, onde, não há valorização enquanto sujeitos do campo.

Por conseguinte, ao desenvolver o Projeto AfroCampo, encontram-se as crianças/estudantes, comunidade escolar e regional, professora regente e, também, supervisora presente no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, além de Bolsistas ID. As atividades têm planejamento em dias alternados em que, uma dupla de bolsistas frequenta a escola às Segundas-feiras e, a outra dupla, às Quartas-feiras. Um ponto em que possibilita diferentes observações e percepções como, também, diversas propostas com temáticas relacionadas ao Campo, suas culturas e Étnico-raciais.

Logo, tratando-se de ações, durante idas à escola, são realizados momentos de Rodas de Conversa, Contação de Histórias, escuta de Músicas Populares/Regionais, Autorretrato, Capoeira, além dos momentos de acolhimento. Ao utilizar a Roda como escuta ativa e espaço de socialização, por exemplo, houveram discussões relacionadas ao Bullying, para que, as crianças pudessem compartilhar suas experiências, se já viveram, vivem ou presenciaram intimidações ou algo relacionado a este tipo de agressão. Durante este momento, sempre relacionando as falas das crianças e Bolsistas ID, ao respeito mútuo e espaço de inclusão no ambiente escolar.

Ademais, tanto esse momento de socialização, quanto a proposta do Projeto AfroCampo, interligam-se com situações de desconforto sofridas, principalmente, por crianças “meninas”, relacionadas aos seus cabelos e tons de suas peles. Situações geradas a partir de anedotas de cunho preconceituoso.

Além disso, como referências literárias para a Contação de Histórias, utilizaram-se livros que tocassem em temáticas potentes, porém sensíveis, a respeito das relações raciais no território brasileiro como, por exemplo: Betina, O Pequeno Príncipe Preto e O Cabelo de Lelê. Livros infantis com enredos que aproximam o imaginário do real vivido.

Através da musicalização, ao utilizar referências de artistas musicais como, Mundo Aflora e Palavra Cantada, os momentos de acolhida tornam-se aconchegantes e brincantes. Com isso, alguns objetivos são alcançados, pois, auxiliam o desenvolvimento cognitivo, pensamento crítico e reflexivo das crianças. Nesse sentido, faz-se o uso de palavras em línguas iorubá e indígena como, Funga Aláfia e Yapo. Músicas que expressam respeito e positividade entre sujeitos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato aponta um trabalho de valorização identitária para o ambiente escolar do Campo e das Relações étnico-raciais. Conforme leis citadas anteriormente, o objetivo principal é promover o reconhecimento e a valorização das contribuições dos sujeitos afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade brasileira, combatendo o racismo e fortalecendo a autoestima de estudantes que se reconheçam enquanto estes sujeitos. Na mesma linha de raciocínio, a Educação do Campo é um direito que valoriza a cultura local, buscando adaptar o ensino às realidades da comunidade e garantir o acesso à uma educação de qualidade para pessoas do campo, de modo que, reflitam a importância de seus saberes e vivências.

Outrossim, o PIBID oferece um espaço de diálogo entre o conhecimento adquirido no campus universitário e a realidade do cotidiano escolar, enriquecendo a formação de Bolsistas ID, proporcionando experiências vivas e reais, impulsionando o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com direitos educacionais, sociais e humanos.

Em suma, percebe-se que as crianças/estudantes se aproximam e comunicam-se entre si com mais frequência, havendo participação ativa em brincadeiras coletivas, onde, alguns conflitos vão “desaparecendo”. Fica perceptível que a temática do Projeto tem tomado forma e vem abrindo espaços para discussões contemporâneas e significativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a realização deste trabalho permitiu que ideias e ações fossem refletidas de forma ampla. Pois, como defendem as leis nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008, a importância de promover práticas educativas que valorizem a diversidade cultural, a identidade de pessoas pretas e a Educação do Campo, fazem-se presentes no Projeto AfroCampo.

Contudo, embora haja muitos desafios como, a ausência de Biblioteca e de espaços de leitura, as crianças, entusiasmadas com a presença do PIBID e Bolsistas ID na instituição escolar, demonstram participação e consciência identitária cultural. Portanto, são ações que fortalecem a ideia de que o conhecimento é um recurso importante como meio de transformação mas, não menos importante, de que a escola do Campo pode ser um ambiente estruturado para emancipação de sujeitos que representam a comunidade local.

Assim sendo, a professora/o professor precisa assumir uma postura política, intelectual, sensível e social, porque, é através das “educações” que há apropriação de saberes socioculturais daqueles que aprendem, mas também, ensinam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A crise da educação como um projeto de classe dominante brasileira.** In: BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS, Vinícius de Macedo (Org.). Desafios e reinvenções da escola pública. São Paulo: FEUSP, 2025. v. 1, p. 15-37.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 288 p.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005. 237 p.